

MP manda suspender corte na Praça do Coco, em Barão Geraldo

Cortes de árvores geraram protestos e questionamentos de técnicos da USP e Unicamp

Por Moara Semeghini

A 12ª Promotoria de Justiça de Campinas determinou nesta quarta-feira (13) a suspensão imediata da extração da árvore remanescente da Praça do Coco, em Barão Geraldo, após reconsiderar um entendimento anterior que autorizava a continuidade da supressão. A decisão ocorreu após manifestação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema), de engenheiros ligados à Unicamp e à USP e de moradores, que questionaram os laudos utilizados pela Prefeitura de Campinas para justificar o corte das árvores.

No novo despacho, a promotora Luciana Ribeiro Guimarães Viagas de Carvalho afirma que o laudo apresentado pelo Condema foi produzido por equipe multidisciplinar, com vistorias presenciais realizadas nos dias 1º e 2 de maio, incluindo inspeção visual, medições e exames de tomografia sônica e ultrassônica. Segundo o documento, o estudo

aponta “condições técnicas para a preservação do exemplar remanescente”, em divergência com os documentos que embasaram a decisão administrativa de supressão. “Diante desse cenário de divergência técnica relevante, especialmente considerando que o laudo acostado foi produzido com base em avaliação presencial e com utilização de metodologia detalhada, retifico o despacho anterior”, escreveu a promotora.

O Ministério Público determinou que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos suspenda imediatamente qualquer intervenção na árvore remanescente até nova deliberação. Também foi exigida a realização de um contralaudo técnico presencial e manifestação específica da Prefeitura sobre os fundamentos e conclusões do estudo apresentado pelo Condema.

Em nota, a Prefeitura de Campinas informou que “a extração da árvore restante já foi suspensa” e que a administração municipal “já



Promotoria suspendeu a extração da árvore remanescente da Praça do Coco

está providenciando o contralaudo técnico conforme solicitou o Ministério Público”.

Mais cedo, porém, o entendimento do Ministério Público era outro. Segundo o vereador Wagner Romão, uma notificação emitida pela Promotoria considerava válido o parecer técnico do professor Demóstenes, da ESALQ/USP, e solicitava que a Prefeitura informasse a data em que a árvore seria totalmente removida.

Um pedido de reconsideração assinado pelo presidente do Condema, Tiago Fernandes de Lira, questionou a fundamentação adotada inicialmente pela Promotoria e apontou o que classificou como “escolha seletiva de laudos” para justificar a supressão das árvores.

“A promotora tinha reautorizado a prefeitura a cortar as árvores, mas depois desse despacho da presidência do Condema a promotoria recuou e suspendeu novamente o corte, além de pe-

dir explicações para a prefeitura”, afirmou Tiago.

Wagner Romão afirmou que procurou a promotora após tomar conhecimento da decisão inicial. Segundo ele, o objetivo foi alertar sobre a diferença metodológica entre os laudos apresentados.

A polêmica envolvendo as árvores da Praça do Coco começou após a Prefeitura de Campinas realizar, em 28 de abril, a retirada de dois exemplares de cerca de 15 metros de altura e aproximadamente 50 anos de idade. A ação foi executada pela empresa terceirizada MB Engenharia e gerou protestos de moradores e frequentadores de Barão Geraldo.

Desde então, engenheiros agrônomos, ambientais e florestais ligados à USP e à Unicamp passaram a realizar análises independentes sobre os exemplares. Os estudos apontaram divergência em relação aos laudos apresentados anteriormente pela

Prefeitura e concluíram que as árvores apresentavam condições de preservação.

O engenheiro florestal José Hamilton de Aguirre Júnior, mestre em Agronomia e Arborização Urbana pela USP e membro técnico do Condema, participou das análises com tomógrafo de impulso e criticou o documento utilizado pela administração municipal. “Nós, como técnicos, não consideramos isso um laudo”, afirmou.

Em meio à controvérsia, Wagner Romão também apresentou um projeto de lei complementar que propõe mudanças na legislação municipal de arborização urbana. A proposta prevê que os laudos emitidos pela Prefeitura para justificar cortes de árvores sejam publicados no Diário Oficial e afixados próximos aos exemplares, além de abrir prazo de 30 dias para apresentação de contralaudos técnicos independentes antes da supressão.

Campinas reúne mais de 500 alunos em debates pelo fim da violência à mulher

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

A Secretaria de Educação de Campinas (SME) registrou, em quase dois meses, 512 alunos participantes dos debates nas escolas municipais sobre enfrentamento à violência contra as mulheres. A iniciativa direcionada aos estudantes do 8º ano do ensino fundamental começou em 18 de março e, até esta quarta-feira, 13 de maio, ocorreu em nove unidades.

O trabalho nas escolas é feito em parceria com as secretarias de Políticas para Mulheres e de Desenvolvimento e Assistência Social, pelo programa Mais Educação, Menos Violência. A estratégia faz parte das iniciativas lançadas pela Prefeitura em janeiro, com o objetivo de contribuir para a redução de feminicídios e reforçar políticas públicas que garantam proteção, acolhimento e reconstrução da

autonomia de mulheres vítimas da violência.

As discussões com os alunos são conduzidas pelo Projeto Bem-Me-Quero, que também promove ações formativas com os profissionais da educação da rede municipal desde 2023.

Na manhã desta quarta-feira, os debates ocorreram na Emef/EJA Raul Pila, no Jardim Flamboyant. O encontro durou 1h30 para tratar de assuntos como machismo, sexismo e as consequências dessas práticas no desenvolvimento social e emocional dos meninos, inclusive na definição de papéis sociais e reflexos na garantia à vida e dignidade das meninas. Também foram destacadas histórias de mulheres que marcaram a história por meio de contribuições em diferentes áreas, entre elas ciência, política,



Alunas do Emef/EJA Raul Pila, no Jardim Flamboyant

literatura e inovação.

“É um número bastante significativo porque cada estudante que participa também multiplica este conhecimento junto aos pais ou responsáveis, irmãos, outros

parentes, familiares e amigos. O impacto dessa iniciativa será muito importante ao longo do tempo”, avaliou a coordenadora do Projeto Bem-Me-Quero, Margarida Montejano.

Além da exibição de vídeos educativos, a atividade contou com orientações e bate-papo entre estudantes, profissionais de educação e integrantes do projeto.

Os encontros seguem até novembro e a organização é por regiões, pelos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (Naeds).

Em um segundo momento, a Educação também incluirá grupos de alunos matriculados em escolas estaduais para os debates. A quantidade e o calendário serão definidos.

As próximas agendas de debates nas escolas são: Emef/EJA Presidente Floriano Peixoto; 20/05, das 13h50 às 15h30; endereço: rua Praia do Perequê, 100, Vila Orozimbo Maia. Emef/EJA Angela Cury Zakia; 27/05, das 9h às 11h40; endereço: rua Pedro Maróstica, 177, distrito de Sousas.